



Prefeitura Municipal de Paraíso do Sul

Estado do Rio Grande do Sul

APROVADO

UNANIMAMENTE

VOTOS À FAVOR

VOTOS CONTRÁRIOS

ABSTENÇÕES

PROJETO DE LEI Nº 48 /2017

Câmara Mun. de Vereadores de Paraíso do Sul
Protocolo Recebimento nº 48/2017
Recebido em 25/09/17 às 16 h 45 min
Servidor Marta Flores

ALTERA REDAÇÃO E ACRESCENTA ITENS NOS ARTIGOS 24 E 26, E INSERE ITENS NO ANEXO III DA LEI MUNICIPAL Nº 1010/2009, DE 22/12/2009.

Art. 1º Fica alterada a redação do art. 24, § 1º da Lei Municipal nº 1010/2009

– Código Tributário, nos Itens 1.03, 1.04, 7.16, 11.02, 13.05, 14.05, 16.01, 25.02, sendo inseridos no texto do art. 24, § 1º, os itens 1.09, 14.14, 16.02, 17.25 e 25.05, passando a constar da seguinte forma:

Art. 24º - ...

§ 1º - ...

1.03 – Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres.

1.04 – Elaboração de programa de computadores, inclusive jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres.

1.09 – Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdo de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdo pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei n. 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS).

7.16 – Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quais meios.

11.02 – Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e veículos.

13.05 – Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clichêria, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados à posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de



Prefeitura Municipal de Paraíso do Sul

Estado do Rio Grande do Sul

qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS.

14.05 – Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.

14.14 – Guinchos intramunicipal, guindastes e içamento.

16.01 – Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.

16.02 – Outros serviços de transporte de natureza municipal.

17.25 – Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto livros, jornais periódicos e nas modalidades de serviços de radiofusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita).

25.02 – Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.

25.05 – Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.

Art. 2º Fica alterada a redação dos itens XII, XVI, XIX, XXIII, XXIV, XXV do art. 26 da Lei Municipal nº 1010/2009, passando os mesmos a vigorarem da seguinte forma:

Art. 26º - O serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXV, quando o imposto será devido no local:

XII - do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios;

XVI - dos bens, dos semoventes ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista anexa;

XIX - do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 da lista anexa;

XXIII - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e



Rua Max Ratzlaff, 150, Centro – Paraíso do Sul/RS Fone: (55) 3262-1122 – CEP.: 96.530-000
e-mail: prefeitura@paraisodosul.rs.gov.br



Prefeitura Municipal de Paraíso do Sul

Estado do Rio Grande do Sul

XXIV - do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01;

XXV - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 10.04 e 15.09.

Art. 3º O Anexo III da Lei Municipal nº 1010/2009 sofre acréscimo de itens, na forma do Quadro anexo a esta Lei.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO DO SUL,

25 DE SETEMBRO DE 2017.

A. A. S. Ludwig
ARTUR ARNILDO LUDWIG

Prefeito Municipal





Prefeitura Municipal de Paraíso do Sul

Estado do Rio Grande do Sul

ANEXO III

DESCRIPÇÃO DOS SERVIÇOS	PERCENTUAL
1.03 – Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres.	3%
1.04 – Elaboração de programa de computadores, inclusive jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres.	3%
1.09 – Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdo de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdo pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei n. 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS).	3%
7.16 – Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quais meios.	3%
11.02 – Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.	3%
13.05 – Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados à posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS.	3%
14.05 – Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.	3%
14.14 – Guinchos intramunicipal, guindastes e içamento.	3%



Rua Max Ratzlaff, 150, Centro – Paraíso do Sul/RS Fone: (55) 3262-1122 – CEP.: 96.530-000
e-mail: prefeitura@paraisodosul.rs.gov.br



Prefeitura Municipal de Paraíso do Sul

Estado do Rio Grande do Sul

16.01 – Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.	3%
16.02 – Outros serviços de transporte de natureza municipal.	3%
17.25 – Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto livros, jornais periódicos e nas modalidades de serviços de radiofusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita).	3%
25.02 – Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.	3%
25.05 – Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.	3%

Art. 2º – Fica estabelecido que o imposto sobre serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita, de que trata o artigo 2º da Lei nº 10.639, de 2002, não se aplica ao serviço de inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto livros, jornais periódicos e nas modalidades de serviços de radiofusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita).

Art. 3º – Fica estabelecido que o imposto sobre serviços de translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos, de que trata o artigo 2º da Lei nº 10.639, de 2002, não se aplica ao translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos, realizados por entidades religiosas, comunitárias ou filantrópicas, respeitando os princípios de Compatibilidade, Transparência, Imparcialidade e Neutritividade, estabelecidos na Resolução nº 10, de 2017.

Art. 4º – Salvo dispor a lei municipal, também em matéria específica, é vedado que a contribuição mencionada no inciso II do artigo 2º da Lei nº 10.639, de 2002, seja cobrada, de forma direta ou indireta, no valor de 10% (dez por cento) da base de cálculo de imposto sobre serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita, respeitando os principios de Compatibilidade, Transparência, Imparcialidade e Neutritividade, estabelecidos na Resolução nº 10, de 2017.

Art. 5º – Fica estabelecido que a base de cálculo da contribuição mencionada no artigo 2º da Lei nº 10.639, de 2002, é a base de cálculo do imposto sobre serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita, estabelecida na Resolução nº 10, de 2017.





Prefeitura Municipal de Paraíso do Sul

Estado do Rio Grande do Sul

Paraíso do Sul/RS, 25 de setembro de 2017.

À Câmara Municipal de Vereadores

Senhor Presidente e Senhores (as) Vereadores (as),

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS:

O Projeto de Lei que nesta oportunidade encaminhamos à apreciação dos integrantes dessa Câmara de Vereadores trata de alteração na redação dos Itens 1.03, 1.04, 7.16, 11.02, 13.05, 14.05, 16.01, 25.02 e insere os itens 1.09, 14.14, 16.02, 17.25 e 25.05 no artigo 24, § 1º, da Lei Municipal nº 1010/2009, de 22/12/2009 e dá outras providências. Além disso, altera o art. 26 e acrescenta itens ao Anexo III da normativa.

A referida alteração faz-se necessária devido à alteração na lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 116, que sofreu mudanças nos itens acima mencionados, de acordo com redação dada pela Lei Complementar nº 157/16 e Orientação Conjunta: AJUR/RECEITAS/FAMURS nº 001/2017.

Solicitamos que a matéria seja tramitada em regime de urgência especial, tendo em vista que a mesma deve ser sancionada até o dia 02 de outubro de 2017, para que tenha efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018 em razão da necessária obediência aos princípios da anterioridade tributária comum e anterioridade nonagésima.

Sem mais, solicitamos sua aprovação.

Atenciosamente,

Artur Arnildo Ludwig
ARTUR ARNILDO LUDWIG
Prefeito Municipal

